

Pacote de corte de gastos passa na Câmara, mas impacto fiscal das medidas é reduzido

Deputados deram aval à PEC do abono salarial e dos supersalários e ao projeto que altera as regras do salário mínimo e do BPC, porém em versões desidratadas. Proposta que estabelece gatilhos em caso de déficit já passou pelos senadores

Câmara aprova pacote, mas reduz impacto; Senado inicia votações

O pacote de cortes de gastos do governo avançou mais alguns passos ontem, com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece restrições ao abono salarial e aos supersalários e o projeto que altera as regras de indexação do salário mínimo e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O impacto fiscal das medidas, no entanto, foi reduzido pelos parlamentares.

A aprovação da PEC exigiu uma mobilização de última hora do governo para garantir os votos necessários. O presidente Arthur Lira (PP-AL) editou ato para permitir que deputados participassem de forma remota e ameaçou descontar o salário de quem não votasse. Além disso, segundo o jornal O Estado de S. Paulo, o Planalto negociou a liberação de emendas extras em 2025 para quem apoiasse a proposta.

Margem larga

A proposta acabou aprovada com folga: 344 votos a 154 no primeiro turno e 348 a 146 no segundo. Eram necessários, no mínimo, 308 votos.

No entanto, assim como já havia acontecido na véspera, quando foi aprovado o projeto que prevê gatilhos em caso de déficit nas contas, o texto encaminhado pelo governo foi desidratado (leia ao lado).

Os deputados, por exemplo, alteraram a parte relativa às mudanças no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Com isso, o espaço fiscal aberto pela medida, que era projetado em R\$ 11,6 bilhões no ano que vem, deve ficar em R\$ 5,8 bilhões.

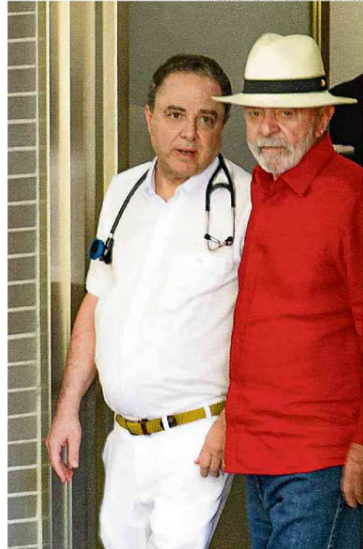
A versão aprovada também flexibilizou a restrição aos supersalários no serviço público. Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, representantes de juizes e procuradores fizeram intenso lobby contra a proposta na Câmara nos últimos dias.

À noite, os deputados aprovaram, por 348 votos a 146, o projeto do salário mínimo e do BPC. Embora o limite ao crescimento real do mínimo tenha sido mantido, as novas regras para o BPC foram suavizadas. O texto original enfrentava resistência até no PT.

Fim do Dpvat

Ainda na noite de ontem, o pacote começou a ser discutido no Senado. Até por volta das 22h, os senadores haviam aprovado apenas o projeto dos gatilhos – mantendo, inclusive, a revogação do Dpvat, que foi incluída pelos deputados. A expectativa era que as votações fossem concluídas somente hoje.

CONEXÃO DIGITAL
Dpvat vai ser cobrado ou não? O impacto da decisão da Câmara



Presidente deixou São Paulo ontem, após se recuperar da cirurgia de emergência; Kalil Filho disse que exercícios físicos seguem vetados



Arthur Lira (sentado) entrou nas negociações para garantir aprovação

De volta a Brasília, Lula fará reunião ministerial

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva retornou ontem a Brasília. Ele chegou ao Palácio da Alvorada no início da tarde após passar os últimos dias em São Paulo, onde passou por uma cirurgia de emergência, para tratar um sangramento intracraniano.

Antes de embarcar para a capital, Lula passou por uma nova tomografia.

O médico Roberto Kalil Filho, que acompanha o presidente, disse que ele está apto a trabalhar, mas a retomada dos exercícios físicos dependerá de outros exames. Viagens internacionais seguem vetadas. Uma nova tomografia será feita em 20 dias.

Hoje, está prevista a realização de uma reunião de Lula com os ministros.

Entenda o que passou e o que foi retirado

GATILHOS EM CASO DE DÉFICIT

Primeira proposta do pacote aprovada pelos deputados, cria gatilhos para limitar utilização de créditos tributários e conter despesas com pessoal e incentivos fiscais em caso de déficit nas contas públicas. O Senado também aprovou o projeto ontem.

Os deputados, porém, modificaram um trecho do projeto que autorizava o governo a bloquear emendas parlamentares em até 15%. O texto original permitia o bloqueio para todos os tipos de emendas, mas a versão aprovada restringe a possibilidade as emendas não impositivas.

Também foi incluída na proposta a revogação da lei que criou o antigo Dpvat.

ABONO, FUNDEB E SUPERSALÁRIOS

A proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada ontem altera os critérios de acesso ao abono salarial (espécie de 14º salário pago a trabalhadores de baixa renda). Essa parte não foi alterada.

Os deputados, porém, reduziram de 20% para 10% a parcela da complementação do Fundeb que poderá ser usada para investir em ensino em tempo integral. O texto aprovado também cita apenas o ano de 2025.

A redação original previa ainda que os supersalários no serviço público fossem disciplinados por meio de lei complementar, mas a Câmara alterou para lei ordinária (que tem quórum de aprovação menor), o que abre brecha para que benefícios sejam deixados fora do teto remuneratório.

SALÁRIO MÍNIMO E BPC
O projeto limita o crescimento do salário mínimo a 2,5% ao ano acima da inflação. Essa parte não foi alterada pela Câmara.

Por pressão dos deputados, porém, o relator modificou a parte que endurece as regras de acesso ao BPC. Foi retirada a maior parte dos trechos que reduziram o número de pessoas elegíveis ao benefício.

O relator também retirou o trecho que reduziria os aportes ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Em Foco Página: 10